

Mandato de Sarney, a questão polêmica

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Ainda que a poeira esteja longe de assentar, é possível a identificação do perfil daquilo que constituirá a maior e mais aguda batalha política dos próximos meses. Não se trata de saber se o País optará pela estabilização ou a livre empresa, se irá preferir o parlamentarismo ou o presidencialismo. Nem, sequer, se vamos para uma Constituição liberal ou pseudo-socialista. Acima e além disso, começam as forças parlamentares a dispor-se em torno da questão do mandato do presidente José Sarney. Hoje, literalmente, não dá para saber se ele ficará em seis anos, se passará para cinco, se vai ser reduzido para quatro ou, pior ainda, se não será interrompido por eleições presidenciais diretas logo após a promulgação da nova Constituição, este ano. E não adianta argumentar que o tema é casuístico, menor ou de reduzidos efeitos para o futuro do País. As coisas são como são, infelizmente.

No Palácio do Planalto, é o assunto. Ou o temor. A exceção do presidente Sarney, cauteloso, todos os seus auxiliares e quase todos os seus ministros aferram-se aos seis anos. Mas, à medida que o tempo passa, sente-se que assim agem pretendendo, na verdade, salvar o que for possível. Quatro, quem sabe cinco anos.

No Congresso, identifica-se cada vez mais a estratégia que antes era só dos radicais, de pregar a Constituinte exclusiva, a soberania plena e sucessória: ela visa, mais do que tudo, à realização de eleições presidenciais no mais breve tempo possível. Este ano, como meta, mas, no ano que vem, como concedido máximo, o que daria quatro anos de período administrativo para o atual presidente.

Essa discussão pareceria inocua e desnecessária, meses atrás. Afinal, mantendo naquela época excelentes índices de popularidade, recém-saído de uma eleição que o consagrou como a nenhum outro presidente em toda a história da República, Sarney tinha garantidos os seis anos de governo para os quais foi eleito. Havia quem supusesse dar-lhe até o direito à reeleição. Era contestado apenas pelos radicais, que jamais passariam de 20% do total da Assembleia Nacional Constituinte. Dos 559 atuais membros do Congresso, ele possuía um mínimo de 400, praticamente identificados com ele e o poder, antes mesmo de classificados em seus respectivas partidos. Hoje talvez não disponha de 250.

As coisas mudaram. Faz água por todos os lados a chamada maioria silenciosa parlamentar, uma vez imaginada como o partido do José Sarney. A dramática invocação do processo econômico que o Plano Cruzado II caracterizou, com ou sem razão, levou densos grupos de deputados e senadores a reatuar a situação. A temperatura subiu a ponto de o próprio presidente caracterizar sua desconfiança diante da bancada do PMDB na Câmara, indicando um líder do governo pouco antes da escolha do líder que os deputados

escolheriam. Talvez faça o mesmo no Senado, esta semana.

Se o Palácio do Planalto sente necessidade de dispor de condutos próprios para dialogar com a sua "maioria", a conclusão surge simples: será para obter algum resultado que vai ficando difícil, ou, no mínimo, para evitar resultados indesejáveis.

E não é apenas o PMDB a apertar a tese da antecipação das eleições presidenciais. No PFL, a ríspida investida do ministro Aureliano Chaves contra a política econômico-financeira significa a mesma coisa: os liberais já têm seu candidato, o que não se justificaria estivesse placidamente assentada a realização de eleições em 1990. Ou mesmo em 1989. O ministro das Minas e Energia é pretendente para já. No máximo, para o ano que vem.

A discussão atravessará o plano teórico. Detém o presidente Sarney o direito adquirido de governar seis anos? Ele mesmo abre a guarda para aceitar que não, apesar de seus auxiliares trabalharem para que sim. Seu mandato, ele tem repetido, será aquele que a Assembleia Nacional Constituinte fixar, sendo ela livre e soberana para redigir a nova Carta, na qual será estabelecida a duração dos mandatos presidenciais daqui para o futuro, podendo incluir-se nas disposições transitórias um artigo que regule, especificamente, o mandato atual. Na teoria, maior ou menor que os demais. Na prática, hoje, pronunciando-se mais reduzido do que os subseqüentes.

Pode ser que o presidente recupere o controle do processo político, fazendo reverter as expectativas. Espera-se para breve um novo elenco de medidas econômicas, não faltando as especulações a tradicional apelação para um inimigo externo como forma de unidade demagógica do quadro interno. Há quem suponha uma declaração unilateral do Brasil referente ao não pagamento de juros e serviços da dívida externa, por prazo definido. Como existem temperos para todos os gostos, também se fala numa volta do Brasil ao Fundo Monetário Internacional. Isso em meio a rumores sobre libelamento dos juros, maior valorização do cruzado, congelamento restrito de gêneros de primeira necessidade, regulamentação dos aluguéis, centralização do câmbio e muita coisa mais.

Enquanto não sai o pacote que não é pacote, dadas as negativas do ministro Dilson Funaro, que por sua vez vai ficando, crescem os reclamos, os protestos e a perplexidade da sociedade civil, incluídos nela, individualmente, os militares. Fenômeno que, se não for estancado, levará com certeza à consolidação da tese da antecipação das eleições presidenciais, restando saber-se para este ano ou o próximo. Nesse jogo, registre-se, há muita gente com cartas avidamente escondidas. Aureliano Chaves mostrou as suas, dias atrás, saindo na frente como possível candidato do PFL. Mas Dilson Guimarães espera o Meça engrossar.

C.C.